

Sumário

PARTE 1 TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

1

CONCEITO E CLASSIFICAÇÕES DAS CONSTITUIÇÕES

1.	O que é uma Constituição? Conceito de Constituição e constitucionalismo. Uma advertência inicial ...	25	gente e o constitucionalismo moralmente reflexivo.....	55	
2.	Um ponto de partida: o conceito histórico-universal e a primeira definição de Constituição: a Constituição material como Constituição real.....	26	7.2.	A Constituição para a Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann	57
2.1.	A Constituição material e o seu sentido jurídico-normativo. O movimento do Constitucionalismo na Inglaterra do século XVII. A definição de Constitucionalismo.....	27	7.3.	A Constituição na Teoria Discursiva do Direito e do Estado Democrático de Direito de Jürgen Habermas	59
2.2.	O surgimento das Constituições formais no movimento do constitucionalismo. A Constituição (moderna) como a ordenação sistemática e racional da comunidade política, plasmada em um documento escrito.....	29	7.4.	O Constitucionalismo Abusivo de David Landau.....	60
2.3.	Mas o que acontece com a Constituição material? Ela deixa de existir juridicamente com o surgimento das Constituições formais?.....	29	7.5.	A sociedade aberta de intérpretes da Constituição de Peter Häberle: Constituição como cultura e processo público	63
2.4.	A Constituição formal e a sua relação com a constituição material no decorrer do tempo. Uma rápida advertência!	30	7.6.	A força normativa da Constituição e a Constituição aberta de Konrad Hesse	65
2.5.	Última digressão: o que é mesmo a Constituição formal? A definição de supralegalidade desenvolvida e explicitada nos EUA no começo do século XIX	30	7.7.	A Constituição simbólica de Marcelo Neves e as digressões sobre o transconstitucionalismo (Tese do Transconstitucionalismo).....	66
3.	Classificações das Constituições: teorias tradicionais e usuais na doutrina pátria	31	7.8.	O conceito pluridimensional de Constituição de José Adércio Leite Sampaio.....	71
4.	Classificação ontológica (ou essencialista) das Constituições de Karl Löwenstein	38	7.9.	O (novo) Constitucionalismo plurinacional da América Latina e a sua ruptura paradigmática	72
5.	Reflexões sobre as classificações tradicionais; o conceito de bloco de constitucionalidade; o entendimento sobre a denominação intitulada de Ne Constitucionalismo; A tese do Constitucionalismo do Por vir; O Constitucionalismo digital	39	7.10.	O Constitucionalismo Feminista e suas Perspectivas Globais	74
6.	Última digressão sobre a classificação das Constituições. O nosso ponto de vista (que nós defendemos e não apenas descrevemos): a classificação paradigmática das Constituições, com base na teoria discursiva da Constituição de Jürgen Habermas: uma abordagem crítico-reflexiva das Constituições Clássicas (Estado Liberal), Sociais (Estado Social) e de Estado Democrático de Direito	48	8.	Classificação quanto à aplicabilidade das Normas Constitucionais: Teoria de José Afonso da Silva.....	78
7.	Sentidos ou concepções do termo Constituição: sentidos clássicos e contemporâneos	52	9.	Classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais de Carlos Ayres Britto e Celso Ribeiro Bastos.....	82
7.1.	A Constituição dirigente de J. J. Gomes Canotilho: o debate sobre a constituição diri-		10.	Classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais de Maria Helena Diniz.....	82
			11.	Classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais de Luís Roberto Barroso.....	83
			12.	Classificação trabalhada por Uadi Lammêgo Bulos das normas constitucionais de eficácia exaurida.....	83
			13.	Estrutura e Elementos das Constituições	83

2

PODER CONSTITUINTE

1.	Introdução	87
1.1.	Um conceito preliminar de Poder Constituinte.....	87
1.2.	Revelar, dizer ou criar uma Constituição?.....	87
2.	Três Leituras Concorrentes no Discurso Jurídico Atual	89
3.	Poder Constituinte Originário.....	89
3.1.	Conceito e natureza jurídica	89
3.2.	Classificação	91
3.3.	Características do Poder Constituinte Originário	91

3.4.	Titularidade do Poder Constituinte Originário	93	2.3.2.	Ronald Dworkin e a Teoria da Integridade	140
3.5.	Poder Constituinte Originário e direitos adquiridos	95	2.3.3.	John Hart Ely e sua concepção procedimental de democracia.....	142
3.6.	Dinâmica constitucional.....	95	2.3.4.	Cass R. Sunstein: minimalismo judicial e as personas constitucionais1	43
4.	Poder Constituinte Derivado de Reforma da Constituição: Espécies e Limitações.....	98	2.3.5.	Adrian Vermeule e a virada institucional.....	148
4.1.	Análise específica do Poder Constituinte derivado de revisão da Constituição.....	100	2.3.6.	Mark Tushnet e o Constitucionalismo popular	150
4.2.	Análise específica do Poder Constituinte derivado de reforma via emendas	100	2.3.7.	Barry Friedman e o constitucionalismo popular mediado: levando a Constituição para além das Cortes	151
5.	Poder Constituinte (Derivado) Decorrente: Espécies, Caracteres e Limitações.....	107	2.3.8.	O Constitucionalismo Democrático da Escola de Yale: Robert Post e Reva Siegel. A análise do efeito <i>Backlash</i>	155
6.	Poder Constituinte e Patriotismo Constitucional: Uma Releitura Contemporânea e Sofisticada da Teoria do Poder Constituinte	109	2.3.9.	Jeremy Waldron e sua crítica ao <i>judicial review</i>	165

3

HERMENÊUTICA E HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL

1.	Da Hermenêutica Filosófica à Hermenêutica Jurídica	115	2.4.	A Hermenêutica Constitucional no paradigma do Estado Democrático de Direito: a ponderação de princípios por meio da técnica da proporcionalidade.....	175
1.1.	Esclarecimentos iniciais: hermenêutica x interpretação	115	2.4.1.	Considerações iniciais.....	175
1.2.	O desenvolvimento histórico da Hermenêutica: do movimento protestante ao giro hermenêutico e linguístico	116	2.4.2.	Princípios e regras	176
1.2.1.	A Hermenêutica clássica.....	116	2.4.3.	A Teoria dos princípios de Humberto Ávila e suas contribuições para a derrotabilidade	179
1.2.2.	A Hermenêutica no movimento do giro hermenêutico e do giro linguístico.....	119	2.4.4.	Proporcionalidade x Razoabilidade	182
1.3.	A Hermenêutica na Ciência Jurídica: do século XVIII ao século XX (ou do Estado Liberal ao Estado Social).....	122	2.4.5.	A estrutura “racional” da proporcionalidade	183
1.3.1.	Uma disputa inicial: <i>voluntas legislatoris x voluntas legis</i>	122	2.4.6.	A distinção das teorias de Alexy (ponderação de princípios pela proporcionalidade) e Dworkin (integridade do direito)	186
1.3.2.	Os métodos clássicos de interpretação.....	123	2.4.7.	A racionalidade das decisões judiciais: uma apreciação crítica à luz da teoria discursiva do direito e da democracia de Jürgen Habermas	188
1.3.3.	A interpretação do Direito na Teoria Pura de Kelsen.....	125	2.4.8.	A Hermenêutica Jurídica na Doutrina pátria: as contribuições de Lenio Streck em “Verdade e Consenso”	190
1.3.4.	O Positivismo jurídico atual: Positivismo Exclusivista e Inclusivista e o Não Positivismo	127	2.4.9.	Uma Análise do Ativismo judicial e da Judicialização da Política: delimitando as diferenças	194
2.	A Hermenêutica Constitucional.....	130	2.4.9.1.	Premissas iniciais: Introdução.....	194
2.1.	A Hermenêutica Jurídica na era da Hermenêutica Constitucional	130	2.4.9.2.	Ativismo Judicial: conceito técnico-jurídico.....	197
2.2.	Métodos de interpretação constitucional	135			
2.3.	O debate no Direito Constitucional norte-americano: para além do debate entre interpretativistas e não interpretativistas: R. Dworkin, J. H. Ely, C. Sunstein, A. Vermeule, M. Tushnet, B. Friedman, Robert Post e Reva Siegel, J. Waldron, L. Tribe, R. Posner e M. Sandel	139			
2.3.1.	Introdução	139			

2.4.9.3. Da Judicialização da Política ao Ativismo Judicial. Diferenças conceituais conforme nosso marco teórico	198
2.4.10. Apontamentos sobre os Modelos de Comportamento Judicial	200

4

HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

1. Introdução: advertência	205
2. Antecedentes históricos do nosso constitucionalismo	205
3. A Constituição do Império de 1824	205
4. A Constituição da República de 1891	207
5. A Constituição de 1934	210
6. A Constituição de 1937	212
7. A Constituição de 1946	214
8. A Constituição de 1967	216
9. A Constituição de 1969 (EC nº 01/69)	218
10. A Constituição de 1988	218

PARTE 2

DIREITO CONSTITUCIONAL

5

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS (ESTRUTURANTES) DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

1. Introdução	225
2. A noção de Princípios Jurídicos e sua reconstrução a partir do movimento do pós-positivismo	225
3. Classificação dos Princípios Estruturantes	228
4. Princípio Republicano	228
5. Princípio do Estado Democrático de Direito	230
5.1. Introdução: a conexão interna entre Direito e Democracia	230
5.2. Estado de Direito	230
5.3. Democracia	231
6. Princípio Federativo	234
7. Princípio da Separação de Poderes	234
8. Fundamentos do Estado brasileiro	241
8.1. Introdução	241
8.2. Soberania	241
8.3. Cidadania	242
8.4. Dignidade Humana	242
8.5. Valores Sociais do Trabalho e da Livre Iniciativa	247
8.6. Pluralismo Político	248

9. Princípios que fixam os objetivos primordiais a serem perseguidos pela CR/88	249
10. Princípios que traçam diretrizes a serem adotadas nas relações internacionais	251

6

TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

1. O que são direitos fundamentais?	255
1.1. Introdução: Direitos Humanos e Direitos Fundamentais	255
1.2. As dimensões subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais	257
1.3. Classificação dos direitos fundamentais: constitucional-literais	258
1.4. Classificação dos direitos fundamentais: Gerações de direitos fundamentais	259
1.5. Direitos Fundamentais e suas funções: Uma análise introdutória	263
1.6. Direitos Fundamentais como direitos de defesa	265
1.7. Direitos Fundamentais como normas de proteção de institutos jurídicos	265
1.8. Direitos Fundamentais como garantias positivas para o exercício das liberdades	266
1.9. Direitos Fundamentais como Garantias Institucionais	267
1.10. Deveres Fundamentais	268
2. Estrutura das normas sobre direitos fundamentais: direitos ou valores?	270
3. Características dos direitos fundamentais	270
4. Titulares dos direitos fundamentais	273
5. Vinculação dos Poderes Públicos	274
6. Limites (Restrições) aos direitos fundamentais e a tese dos limites dos limites	275
7. Suporte fático dos direitos fundamentais	278
7.1. Elementos do suporte fático	279
7.1.1. Suporte fático, âmbito de proteção e intervenção nas diferentes espécies de normas de direitos fundamentais	279
7.1.2. A crítica de Virgílio Afonso da Silva: o elemento da ausência de fundamentação constitucional	280
7.2. Espécies de suporte fático	281
8. Colisões entre Direitos Fundamentais e a crítica a elas	283
9. Eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas: eficácia horizontal	286
10. Direitos Humanos	293
10.1. Histórico dos Direitos Humanos a partir de uma perspectiva clássica	293
10.2. Etapa de Conversão em Direito Positivo	293
10.3. Etapa de Generalização	293
10.4. Etapa de Internacionalização	294

10.4.1. Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos.....	295	5.3. Formas de intervenção estatal no direito de propriedade: Servidão, Desapropriação e Requisição.....	431
10.5. Universalismo, Relativismo (cultural) e Multiculturalismo.....	299	5.3.1. Servidão	431
10.5.1. Introdução.....	299	5.3.2. Desapropriação.....	432
10.5.2. Alcance e aplicabilidade dos direitos humanos: universalismo e relativismo cultural.....	299	5.3.3. Requisição.....	435
10.5.3. Diferentes correntes do universalismo e do relativismo cultural	300	5.4. Proteção constitucional ao bem de família ...	436
10.5.4. Críticas à dicotomia entre o universalismo e o relativismo: multiculturalismo	301	6. Direito à Privacidade, Direito à Intimidade, Direito à Imagem e direito à proteção de dados pessoais	437
10.5.5. Integridade Transnacional dos Direitos Humanos.....	303	7. Quebras de sigilos: de correspondência, comunicação telegráfica e de dados. Interceptação telefônica e gravação clandestina.....	445
10.5.6. Considerações finais	304	8. A inviolabilidade do domicílio.....	457
11. Justiça de transição	305	9. Direito Adquirido, Ato Jurídico Perfeito e Coisa Julgada.....	461
11.1. Introdução	305	10. O direito ao devido processo legal (constitucional) e seus princípios correlatos.....	473
11.2. Conceito e Características	306	10.1. Devido Processo Legal, Contraditório, Ampla Defesa, Juiz Natural, Acesso à Justiça e Duração Razoável do Processo	473
11.3. Elementos da Justiça de Transição	307	10.2. Presunção da Inocência e sua análise jurisprudencial.....	484
11.3.1. Justiça	307	10.3. Garantias Constitucionais de cunho Penal e Processual Penal à luz da Dignidade da pessoa Humana.....	508
11.3.2. Verdade e Memória	308	10.4. Juiz das Garantias e o Pacote anticrime da Lei nº13.964 de 24.12.2019	525
11.3.3. Reparação das vítimas e de suas famílias.....	309	10.5. Tribunal do Júri na Constituição de 1988 e na legislação infraconstitucional	531
11.3.4. A Justiça de Transição no Brasil	310	11. Provas ilícitas e as provas lícitas derivadas das provas ilícitas	542
12. Direito dos animais.....	311	12. colaboração premiada e seus reflexos no STF	548
13. Estatuto da Pessoa com Deficiência	317	13. Direito Geral de informação, direito de certidão e direito de petição	561
14. Do Direito Antidiscriminatório	325	14. Diferença entre o Princípio da legalidade e o Princípio da reserva legal	569
		15. A questão dos Tratados Internacionais frente a Constituição: A nova exegese dos Tratados Internacionais de direitos humanos	570
		16. O Tribunal Penal Internacional e a posição do Brasil frente a ELE	573

7

DIREITOS FUNDAMENTAIS INDIVIDUAIS E COLETIVOS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

1. Introdução: a noção de dignidade da pessoa humana como postulado/axioma justificante dos direitos fundamentais.....	329
2. Vida.....	333
3. Liberdade	348
3.1. Liberdade de ação	349
3.2. Liberdade de manifestação de pensamento e de expressão	349
3.3. Liberdade de Consciência e Liberdade de crença	377
3.3.1. Liberdade de Consciência	377
3.3.2. Liberdade Religiosa e Liberdade de crença	381
3.4. Liberdade de locomoção	394
3.5. Liberdade de profissão	395
3.6. Liberdade de reunião	400
3.7. Liberdade de associação.....	403
4. Igualdade.....	407
5. Propriedade	428
5.1. Conceito de propriedade	428
5.2. Função Social da propriedade.....	431

8

AÇÕES CONSTITUCIONAIS

1. Mandado de segurança	577
1.1. Conceito.....	577
1.2. Requisitos do Mandado de Segurança	578
1.3. Espécies de Mandados de Segurança	580
1.4. Direito Líquido e Certo.....	580
1.5. Cabimento	581
1.6. Legitimidade do Mandado de Segurança.....	587
1.7. Competência no Mandado de Segurança.....	591
1.8. Procedimento	593
1.9. Decisão, Efeitos e Recursos Possíveis.....	599

1.10.	Prazo do Mandado de Segurança.....	603	7.2.	Conceito e Natureza Jurídica	665
2.	Mandado de Segurança Coletivo.....	605	7.3.	Hipóteses de Cabimento.....	667
2.1.	Conceito.....	605	7.3.1.	Para preservar a competência do Tribunal.....	667
2.2.	Finalidades.....	606	7.3.2.	Para garantir a autoridade de decisão do Tribunal.....	667
2.3.	Legitimidade do Mandado de Segurança Coletivo.....	606	7.3.3.	Para Garantir a Observância de Súmulas Vinculantes do STF.....	668
2.4.	Procedimento.....	609	7.3.4.	Para garantir a observância de decisão do STF em controle concentrado de constitucionalidade.....	669
2.5.	Decisão e Seus Efeitos	610	7.3.5.	Para garantir a observância ao precedente proferido em julgamento de demandas repetitivas e ao precedente proferido em incidente de assunção de competência.....	670
3.	Mandado de injunção.....	613	7.3.6.	Reclamação proposta contra decisão que tenha descumprido tese fixada pelo STF em recurso extraordinário julgado sob o rito da repercussão geral.....	670
3.1.	Conceito e Antecedentes Históricos	613	7.4.	Da Legitimidade	672
3.2.	Finalidades.....	613	7.5.	Do Procedimento.....	673
3.3.	Espécies de Mandado de Injunção	614			
3.4.	Requisitos.....	614			
3.5.	Legitimidade.....	616			
3.6.	Competência	617			
3.7.	Procedimento.....	617			
3.8.	Decisão, recursos viáveis e o relevante debate dos efeitos da decisão concessiva da injunção	619			
3.9.	Considerações Finais.....	626			
4.	<i>Habeas Data</i>	628			
4.1.	Conceito.....	628			
4.2.	Cabimento	628			
4.3.	Legitimidade	629			
4.4.	Competência	630			
4.5.	Procedimento.....	631			
4.6.	Decisão.....	631			
4.7.	Considerações finais.....	633			
5.	Ação Popular	633			
5.1.	Antecedentes Históricos	633			
5.2.	Conceito.....	633			
5.3.	Requisitos da Ação Popular.....	634			
5.4.	Legitimidade.....	635			
5.5.	Procedimento.....	637			
5.6.	Competência	637			
5.7.	Decisão na Ação Popular.....	639			
5.8.	Considerações finais.....	639			
6.	<i>Habeas corpus</i>	640			
6.1.	Origem do <i>habeas corpus</i> , a doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i> e a sua inserção nas Constituições pátrias (breve histórico).....	640			
6.2.	Conceito e natureza jurídica do instituto	641			
6.3.	Algumas características da ação de <i>habeas corpus</i>	642			
6.4.	Espécies de <i>habeas corpus</i>	643			
6.5.	Cabimento do <i>habeas corpus</i>	645			
6.6.	Legitimidade ativa e passiva.....	649			
6.7.	Competência	650			
6.8.	Procedimento, decisão e recursos cabíveis....	652			
6.9.	Considerações finais.....	654			
7.	Reclamação.....	665			
7.1.	Introdução	665			

9

DOS DIREITOS SOCIAIS

1.	Introdução	677
1.1.	Conceito e desenvolvimento – perspectiva histórica.....	677
2.	Os Direitos Sociais: características, vinculatividade e delimitação constitucional: Das normas programáticas aos direitos subjetivos <i>prima facie</i>	678
3.	A ideia de um “mínimo existencial”	680
4.	A “cláusula” da reserva do possível como limite de implementação dos direitos sociais.....	682
5.	Princípio da Proibição (vedação) do Retrocesso	690
6.	Classificação dos Direitos Sociais.....	692
7.	Direitos Sociais do Trabalhador.....	694
8.	Direitos Sociais da Seguridade Social	712
8.1.	Direito à Saúde.....	712
8.2.	Direito à Previdência Social	714
8.3.	Direito à Assistência Social	714
9.	Direitos Sociais à Educação e à Cultura.....	714
9.1.	Direito à Educação	714
9.2.	Direito à Cultura.....	715
10.	Direitos relativos à moradia	716
11.	Direitos Sociais ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado	717
12.	Direitos Sociais da Criança, do Adolescente, do Jovem e da pessoa Idosa.....	717

10

DIREITOS DA NACIONALIDADE

1. Conceito de nacionalidade e algumas definições: povo, população, nação e cidadão	719	10.2. Financiamento de campanha. Financiamento de campanha das mulheres. Acesso ao rádio e à televisão. Debates eleitorais. Fidelidade partidária e extinção do mandato	824
2. Natureza jurídica dos direitos de nacionalidade	719	10.2.1. Financiamento de Campanha.....	824
3. Espécies de nacionalidade	719	10.2.2. Financiamento de Campanha das Mulheres (Lei nº13.165/2015 e o entendimento do STF)	836
4. Critério de aquisição da nacionalidade primária	719	10.2.3. Acesso ao Rádio e à Televisão (Direito de Antena)	840
5. Critério de aquisição da nacionalidade secundária	720	10.2.4. Debates Eleitorais	845
6. Análise específica do Brasil	720	10.2.5. Fidelidade Partidária e a Extinção dos Mandatos	846
6.1. Nacionalidade primária	720	11. Vacância de cargos políticos no sistema majoritário	852
6.2. Nacionalidade secundária	722		
7. Distinção entre brasileiros natos e naturalizados	726		
8. Perda do direito de nacionalidade	727		
9. Reflexões sobre a lei de migração (Lei nº 13.445/2017). Extradicação, transferência de execução de pena e de pessoa condenada. Das medidas de retirada compulsória: expulsão, deportação e repatriação. Asilo político e refúgio.....	730		
9.1. A nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017).....	730		
9.2. Extradicação	733		
9.2.1. Conceito de extradicação	733		
9.2.2. Espécies de extradicação	733		
9.2.3. Procedimento para a extradicação e decisão sobre ela	734		
9.2.4. Requisitos para a extradicação	737		
9.3. Transferência de Execução de Pena e da Pessoa Condenada.....	748		
9.4. Das Medidas de Retirada Compulsória.....	749		
9.4.1. Expulsão.....	750		
9.4.2. Deportação.....	753		
9.4.3. Repatriação.....	754		
9.5. Asilo Político e Refúgio.....	754		

11

DIREITOS POLÍTICOS

1. Conceito	759
2. Espécies	759
3. Direito de Sufrágio: núcleo dos Direitos Políticos.....	765
3.1. Conceito de Sufrágio	765
3.2. Espécies de Sufrágio	766
3.3. Digressões sobre o voto.....	767
4. Sistemas eleitorais	769
5. Direitos políticos positivos	775
6. Direitos políticos negativos	781
7. Inelegibilidades: absolutas e relativas.....	781
8. Perda ou suspensão dos direitos políticos	803
9. Princípio da anualidade (ou da anterioridade) da legislação eleitoral	807
10. Dos partidos políticos	809
10.1. As federações de partidos.....	820

12

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

1. Introdução	857
2. Espécies ou tipos de formas de Estado	857
3. Análise específica do Federalismo presente em nossa atual Constituição: Antecedentes históricos do federalismo no Brasil. Estrutura do nosso atual federalismo. a posição da União e a questão da inexistência de hierarquia entre os entes federativos. O conceito de Autonomia dos entes federativos e suas capacidades	860
4. Técnicas de repartição de competências.....	868
5. Análise da repartição de competências na constituição de 1988	869
6. Considerações finais sobre a organização do estado: Princípio da Simetria. Regiões Administrativas ou de Desenvolvimento. Bens da União. Bens dos Estados. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. Homogeneidade Federativa. Análise dos Territórios. Complementações sobre o Distrito Federal. Criação de Novos Estados. Criação de Novos Municípios.....	969

13

DA INTERVENÇÃO FEDERAL

1. Princípios que regem a intervenção federal	985
1.1. Princípio da excepcionalidade	985
1.2. Princípio da Taxatividade.....	986
1.3. Princípio da temporalidade.....	986
2. Conceito	986
3. Procedimentos	986
4. Intervenção Estadual.....	990
5. A recente intervenção federal no estado do Rio de Janeiro.....	992
6. A recente intervenção federal no Distrito Federal ...	994

14

PODER LEGISLATIVO

1. Funções	997
------------------	-----

1.1.	Funções típicas	997	4.4.	Observações sobre a fase de iniciativa ou introdutória.....	1104
1.2.	Funções atípicas	997	4.4.1.	Conceito de iniciativa	1104
2.	Composição e atribuições.....	997	4.4.2.	Espécies de iniciativa	1104
2.1.	Comentários sobre o Teto Remuneratório: um histórico recente.....	1005	4.4.3.	Observações finais sobre a fase de iniciativa	1105
3.	Funcionamento e Estrutura do Poder Legislativo.....	1012	5.	Processo Legislativo Ordinário – Lei ordinária.....	1111
3.1.	Funcionamento	1012	6.	Processos Legislativos Especiais – Leis Complementares	1119
3.1.1.	Legislatura	1012	6.1.	Leis Complementares: Conceito.....	1119
3.1.2.	Sessão legislativa ordinária (sessão legislativa).....	1012	6.2.	Procedimento para elaboração de leis complementares	1119
3.1.3.	Período legislativo	1012	7.	Processos Legislativos Especiais – Leis Delegadas	1122
3.1.4.	Sessão preparatória	1013	7.1.	Leis Delegadas: Conceito.....	1122
3.1.5.	Sessão ordinária	1013	7.2.	Procedimentos	1123
3.1.6.	Sessão extraordinária	1014	8.	Medidas Provisórias	1124
3.1.7.	Sessão legislativa extraordinária	1014	8.1.	Conceito.....	1124
3.1.8.	Sobre os Quóruns	1015	8.2.	Diferenças: Antes e depois da EC nº 32/01 da CR/88	1124
3.2.	Estrutura das Casas legislativas.....	1016	8.3.	Procedimentos de tramitação de uma MP....	1128
3.2.1.	Mesas das Casas. O que são as mesas?.....	1016	8.3.1.	Aprovação de uma Medida Provisória sem emendas	1128
3.2.2.	Comissões.....	1021	8.3.2.	Aprovação de uma Medida Provisória com emendas.....	1128
4.	Estatuto dos Congressistas	1031	8.4.	Observações Finais sobre as medidas provisórias	1133
4.1.	Conceito.....	1031	9.	Processo Legislativo Especial das Emendas Constitucionais	1140
4.2.	Análise.....	1031	9.1.	Conceito.....	1140
4.3.	Imunidade Material.....	1031	9.2.	Procedimento.....	1141
4.4.	Imunidade Formal.....	1037	10.	Processo Legislativo especial dos Decretos Legislativos e Resoluções	1145
4.5.	Outras Imunidades dos Parlamentares.....	1063	10.1.	Conceito geral.....	1145
4.6.	Impedimentos e vedações dos Parlamentares. Perda de mandato dos Parlamentares e Temas Conexos. Caso do Mensalão (AP nº 470).....	1065	10.2.	Conceito de Decreto Legislativo.....	1145
5.	Da Fiscalização contábil, financeira e orçamentária e dos Tribunais de Contas: Tribunal de Contas da União, Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios, Tribunais de Contas do Município.....	1079	10.3.	Procedimento do Decreto Legislativo.....	1145
			10.4.	Conceito de Resoluções	1145
			10.5.	Procedimento das Resoluções.....	1146

PROCESSO LEGISLATIVO

1.	Conceito	1101
1.1.	Conceito jurídico	1101
1.2.	Conceito sociológico.....	1101
2.	Espécies Normativas Primárias	1101
3.	Tipos de processo legislativo	1101
3.1.	No que diz respeito à organização política....	1101
3.2.	No que diz respeito ao aspecto técnico jurídico	1102
4.	Fases do processo legislativo	1103
4.1.	Fase introdutória (de iniciativa)	1103
4.2.	Fase constitutiva.....	1103
4.3.	Fase complementar (integração de eficácia).....	1104

PODER EXECUTIVO

1.	Introdução	1147
2.	Funções	1147
2.1.	Função típica do Poder Executivo	1147
2.2.	Funções atípicas do Poder Executivo	1147
3.	Sistema de governo: Presidencialismo, Parlamentarismo e Semipresidencialismo	1147
3.1.	Conceito.....	1147
3.2.	Principais espécies.....	1148
4.	Reflexões sobre o Presidencialismo de Coalizão	1150
4.1.	Introdução: Heterogeneidade, Dilema Institucional e Presidencialismo de Coalizão	1150
4.2.	A Dinâmica do Presidencialismo de Coalizão: Eixo Partidário-Parlamentar, Eixo	

Regional e Índices de Fracionamento Governamental. As considerações acerca do presidencialismo de coalizão em relação ao atual momento político brasileiro	1151
4.3. Considerações Finais.....	1154
5. Estrutura do Poder Executivo.....	1155
5.1. Presidente: requisitos para o cargo, modo de investidura e atribuições	1155
5.2. Reflexões sobre o Indulto Individual (graça) concedida pelo Presidente da República ao Deputado Daniel Silveira.....	1170
5.3. Vice-Presidente: requisitos para o cargo, modo de investidura e atribuições.....	1179
5.4. Ministros de Estado: requisitos para o cargo, modo de investidura e atribuições.....	1180
5.5. Conselho da República e Conselho da Defesa	1184
6. Crimes de Responsabilidade e Crimes Comuns do Presidente da República	1185
6.1. Crimes de responsabilidade do Presidente da República	1186
6.1.1. Conceito.....	1186
6.1.2. Procedimento.....	1187
6.1.3. Crime de responsabilidade do Vice-Presidente da República	1203
6.2. Crimes Comuns do Presidente da República.....	1204
6.2.1. Conceito	1204
6.2.2. Procedimento.....	1204
6.3. Crimes dos Governadores de Estado e dos Prefeitos.....	1207

17

PODER JUDICIÁRIO

1. Funções do Poder Judiciário	1213
2. Órgãos do Poder Judiciário: introdução.....	1214
2.1. Análise do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)...	1214
3. Garantias	1232
3.1. Garantias Institucionais	1232
3.2. Garantias dos membros	1235
3.2.1. A vitaliciedade	1235
3.2.2. Inamovibilidade	1236
3.2.3. A irredutibilidade dos subsídios.....	1237
4. Observações importantes sobre o Poder Judiciário.....	1239
5. Estrutura e composição dos órgãos do Poder Judiciário	1248
5.1. Supremo Tribunal Federal	1249
5.2. Uma pequena Reflexão Crítica: <i>quis custodiet ipsos custodes?</i>	1286
5.3. Súmulas Vinculantes	1291
5.4. A Teoria dos Precedentes no novo CPC de 2015	1300
5.4.1. Introdução	1300

5.4.2. Conceito.....	1301
5.4.3. Fundamentos do Respeito aos Precedentes: Segurança Jurídica.....	1303
5.4.4. Eficácia Jurídica e Efeitos dos Precedentes.....	1304
5.4.5. Deveres Gerais dos Tribunais relacionados aos precedentes	1309
5.4.5.1. Algumas Reflexões Críticas.....	1310
5.4.6. A dinâmica da aplicação dos precedentes	1311
5.4.6.1. Técnica de confronto, interpretação e aplicação do precedente: <i>distinguishing</i>	1312
5.4.6.2. <i>Overruling</i>	1312
5.4.7. Algumas considerações críticas quanto à teoria dos precedentes no novo CPC/2015.....	1314
5.5. Superior Tribunal de Justiça.....	1316
5.6. Tribunal Superior do Trabalho e a Justiça do Trabalho	1323
5.7. Tribunal Superior Eleitoral e a Justiça Eleitoral.....	1329
5.8. Superior Tribunal Militar e a Justiça Militar	1330
5.9. Tribunais Regionais Federais e Juizes Federais e Tribunais de Justiça e Juizes de Direito	1335
5.10. Considerações Finais sobre o Poder Judiciário	1349
5.10.1. Justiça de Paz.....	1349
5.10.2. Quinto Constitucional.....	1351
5.10.3. Juizados Especiais.....	1353

6. Precatórios	1354
6.1. Emenda Constitucional nº 62/2009 e o entendimento do STF.....	1366
6.2. Emenda Constitucional nº 94/2016, Emenda Constitucional nº 99/2017, Emenda Constitucional nº 109/2021, Emenda Constitucional nº 113/2021 e Emenda Constitucional nº 114/2021	1371
6.3. A questão da incidência dos juros de mora nos precatórios.....	1376
6.4. A questão da constitucionalidade do art. 86 do ADCT inserido pela Emenda Constitucional nº 37/2002	1376

18

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

1. Ministério Público	1379
2. Advocacia pública.....	1411
3. Advocacia.....	1422
4. Defensoria pública.....	1433

DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

1.	Introdução: Finalidade das Medidas	1457
2.	Princípios Norteadores	1458
3.	Estado de Defesa	1459
3.1.	Conceito e Hipóteses.....	1459
3.2.	Hipóteses.....	1459
3.2.1.	Requisitos para a Decretação.....	1459
3.3.	Procedimento	1459
3.4.	Prazo	1459
3.5.	Abrangência.....	1460
3.6.	Controle	1460
3.7.	Restrições de Direitos.....	1460
4.	Estado de Sítio.....	1461
4.1.	Conceito.....	1461
4.2.	Hipóteses.....	1461
4.3.	Procedimento.....	1461
4.4.	Prazo.....	1461
4.5.	Abrangência.....	1462
4.6.	Controle	1462
4.7.	Restrições	1462
5.	Forças Armadas.....	1463
6.	Segurança Pública.....	1466
6.1.	Polícias da União	1468
6.2.	Polícias dos Estados.....	1469
6.3.	Polícias Penais Federal, Estaduais e Distri- tal	1470
6.4.	Considerações importantes sobre as Polícias civis e Militares.....	1471
6.5.	Polícia do Distrito Federal.....	1484
6.6.	Polícia dos Municípios.....	1484
6.7.	Segurança Viária	1488

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

1.	Conceito	1491
2.	Espécies (tipos) de inconstitucionalidade	1492
3.	Matrizes e Modalidades de Controle de Constitu- cionalidade.....	1498
4.	Análise do Brasil: Regra geral e exceções (outros controles)	1503
5.	Notas históricas sobre o controle de constitu- cionalidade judicial	1507
6.	Análise específica da Regra Geral	1510
6.1.	Controle difuso-concreto no Brasil: Proce- dimento	1510
6.2.	Controle difuso-concreto no Brasil: Efeitos e a análise da tese da mutação constitu- cional	1515

6.3.	Algumas observações finais sobre o controle difuso <i>in concreto</i> : Reinterpretação e modi- ficação de decisão proferida em Ação Dire- ta de Inconstitucionalidade, Modulação de efeitos no juízo de não recepção, Quórum no juízo de não recepção, e a Questão do Controle difuso via Ação Civil Pública. 1529	
6.4.	Controle Concentrado de Constituciona- lidade no Brasil. ADI – Ação Direta de In- constitucionalidade	1531
6.4.1.	Conceito.....	1531
6.4.2.	Parâmetro e Objeto da ADI	1531
6.4.3.	Legitimidade	1544
6.4.4.	Procedimento da ADI.....	1549
6.4.5.	Julgamento da ADI.....	1557
6.4.6.	Algumas observações finais sobre a ADI.....	1571
6.5.	Procedimento da medida cautelar.....	1578
6.6.	Procedimento especial (diferenciado) na ADI.....	1579
6.7.	ADC – Ação Declaratória de Constitucio- nalidade.....	1580
6.7.1.	Conceito.....	1580
6.7.2.	Objeto.....	1580
6.7.3.	Finalidade da ADC.....	1580
6.7.4.	Legitimidade	1580
6.7.5.	Procedimento.....	1581
6.7.6.	Julgamento da ADC.....	1582
6.7.7.	Efeitos da decisão da ADC.....	1582
6.7.8.	Observações finais sobre a ADC.....	1582
7.	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO)	1583
7.1.	Conceito.....	1583
7.2.	Objeto.....	1583
7.3.	Legitimidade.....	1585
7.4.	Espécies de ADI por omissão (ADO)	1585
7.5.	Procedimento	1586
7.5.1.	Procedimento da ADI por omissão total.....	1586
7.5.2.	Procedimento da ADI por omissão parcial.....	1586
7.6.	Julgamento da ADI por omissão total ou parcial.....	1587
7.6.1.	Efeitos da decisão de uma ADI por omissão (ADO).....	1588
7.7.	Observações finais sobre a ADI por omissão (ADO)	1591
8.	Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva (Representação de Inconstitucionalidade Interven- tiva)	1593
8.1.	Conceito.....	1593
8.2.	Finalidades.....	1593
8.3.	Objeto.....	1593
8.4.	Legitimidade ativa	1594

8.5.	Procedimento.....	1594	13.2.	Sentenças de inconstitucionalidade sem efeito ablativo	1635
8.6.	Julgamento.....	1595	13.3.	Sentença de inconstitucionalidade com ablação diferida	1636
8.7.	Efeitos da decisão: provimento de uma ADI interventiva.....	1595	13.4.	Sentenças de apelo ou apelativas (declaração de constitucionalidade de norma “ainda” constitucional ou declaração de constitucionalidade provisória ou inconstitucionalidade progressiva)	1636
8.8.	Observações finais sobre a ADI interventiva.....	1595	13.5.	Sentenças de aviso	1636
9.	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)	1596	13.6.	Conclusão sobre as Sentenças intermediárias	1637
9.1.	Conceito.....	1596	14.	Estado de coisas inconstitucional	1638
9.2.	Espécies de ADPF.....	1597	15.	Controle de convencionalidade	1647
9.3.	Objeto	1598	16.	A teoria dos diálogos institucionais (constitucionais) e a superação (reação) legislativa	1650
9.4.	Legitimidade.....	1602	17.	O papel das cortes constitucionais.....	1657
9.5.	Procedimento.....	1602	18.	Sobre a Deliberação nos Tribunais (Cortes) Constitucionais.....	1658
9.6.	Julgamento.....	1607	19.	Jurisdição constitucional fraca e os novos <i>desenhos institucionais</i> : o novo modelo de constitucionalismo da comunidade britânica	1662
9.7.	Efeitos da decisão da ADPF	1607			
9.8.	Observações finais.....	1608			
10.	Controle Concentrado <i>In Abstracto</i> de Constitucionalidade no Âmbito Estadual e do DF.....	1611			
11.	Últimas considerações sobre o Controle de Constitucionalidade	1620			
11.1.	Interpretação conforme a Constituição	1620			
11.1.1.	Introdução	1620			
11.1.2.	Conceito.....	1620			
11.1.3.	Efeitos da interpretação conforme a Constituição	1621			
11.1.4.	Observação final.....	1621			
11.2.	Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto.....	1622			
11.2.1.	Introdução	1622			
11.2.2.	Conceito.....	1622			
11.2.3.	Observações finais	1622			
11.3.	Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade	1623			
11.4.	Declaração de constitucionalidade de lei “ainda” constitucional.....	1623			
11.5.	Sentenças intermediárias: sobretudo as sentenças normativas (ou sentenças manipulativas)	1625			
11.5.1.	Conceito.....	1625			
12.	As Sentenças Intermediárias no Controle de Constitucionalidade.....	1627			
12.1.	Introdução	1627			
12.2.	Sentenças interpretativas	1629			
12.2.1.	A interpretação conforme a Constituição	1629			
12.2.2.	Declaração de inconstitucionalidade (nulidade) parcial sem redução de texto	1630			
12.3.	Sentenças aditivas	1631			
12.4.	Sentenças aditivas de princípios	1632			
12.5.	Sentenças substitutivas	1632			
13.	Sentenças Transitivas	1633			
13.1.	Introdução	1633			

DA ORDEM ECONÔMICA E DA ORDEM SOCIAL

1.	O Conceito de “Ordem”	1667
2.	A Ordem Econômica.....	1667
2.1.	A Ordem Econômica e a Constituição Econômica.....	1668
2.2.	A Ordem Econômica na Constituição brasileira de 1988.....	1668
2.3.	Princípios da Ordem Econômica	1675
2.3.1.	Função social da propriedade urbana/rural.....	1677
2.3.2.	Livre concorrência.....	1678
2.3.3.	Defesa do consumidor	1679
2.4.	A política urbana	1680
2.4.1.	Desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana.....	1681
2.5.	A política agrícola e fundiária.....	1682
2.5.1.	Desapropriação para fins de Reforma Agrária.....	1682
2.6.	Do Sistema Financeiro Nacional	1683
3.	A Ordem Social.....	1685
3.1.	A seguridade social.....	1685
3.1.1.	Saúde	1687
3.2.	A Previdência Social e a sua recente reforma pela Emenda Constitucional nº 103/2019	1700
3.2.1.	Aposentadoria voluntária no regime geral de previdência social.....	1701
3.2.2.	Aposentadoria voluntária no regime próprio de previdência social da União.....	1704

3.2.3. Outras formas de aposentadoria	1706	moafetiva e da Criminalização da Homofobia e Transfobia nos termos da lei 7.716/89 ..	1744
3.2.4. Pensão por morte.....	1708	3.9. Os Quilombolas	1771
3.2.5. Considerações finais	1709	3.10. Os índios (indígenas)	1774
3.3. Assistência social	1716	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1789
3.4. A educação, a cultura e o desporto.....	1718	ANEXO – Emenda Constitucional nº 95/2016 – Teto dos Gastos Públicos	1801
3.5. A ciência e tecnologia.....	1733		
3.6. A comunicação social.....	1734		
3.7. O meio ambiente.....	1735		
3.8. A família, a criança, o adolescente, o jovem e o idoso: As decisões da União Estável Ho-			